

REUZA MARIA ALVES - RA 20953107

**REPRESENTAÇÕES DE FEMINILIDADE E MASCULINIDADE DE MULHERES EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.**

**BRASÍLIA
JULHO/2014**

REUZA MARIA ALVES - RA 20953107

**REPRESENTAÇÕES DE FEMINILIDADE E MASCULINIDADE DE MULHERES EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília- UniCEUB como
requisito para conclusão do curso de
Psicologia da Faculdade de Ciências da
Educação e Saúde.

Professora Orientadora: Dra. Tatiana Lionço.

Brasília

Julho/2014

FOLHA DE AVALIAÇÃO

REUZA MARIA ALVES

TÍTULO: REPRESENTAÇÕES DE FEMINILIDADE E MASCULINIDADE DE MULHERES
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília- UniCEUB como
requisito para conclusão do curso de
Psicologia da Faculdade de Ciências da
Educação e Saúde.

Professora Orientadora: Dra. Tatiana Lionço.

BRASÍLIA, _____, JULHO DE 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Tatiana Lionço

Resumo

Este estudo buscou uma maior compreensão acerca das representações de feminilidade e masculinidade de mulheres em situação de violência. As participantes foram 4 mulheres que registraram boletim de ocorrência na DEAMDF e participaram do grupo de apoio às mulheres em situação de violência promovido pela Defensoria Pública de DF. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e as mesmas foram analisadas de acordo com os pressupostos da Teoria Fundamentada de Strauss e Corbin. Neste estudo foi possível observar uma estreita relação entre as representações de feminilidade de mulheres em situação de violência com os estereótipos e papéis de gênero, ambos impregnados por valores tradicionais e conservadores, ancorados por uma ideologia machista e sexista.

Palavras-chaves: representações, feminilidade, masculinidade, violência estereótipos de gênero.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 Objetivo Geral.....	8
1.1. Objetivos Específicos.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1. Violência de gênero e violência contra a mulher	10
2.2. Sexo, sexualidade e gênero.....	11
2.3. Feminilidade e masculinidade como construções de gênero	14
2.4. Relações de gênero, poder e modelo patriarcal.....	15
2.5 A Psicologia e os contextos da violência contra a mulher.....	18
2.6 Estudos Anteriores.....	19
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6. REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICES.....	39
APÊNDICE A Termo de consentimento livre e esclarecido.....	39
APÊNDICE B Roteiro da entrevista individual.....	42

INTRODUÇÃO

A violência tem sido objeto de estudos nas ciências humanas e sociais, dado ao seu impacto, complexidade e banalização. Dentre as diversas modalidades de violência, uma em especial chama a atenção de pesquisadores e governantes, a violência contra a mulher. Segundo o Documento de referência para atuação das/os psicólogas (os) em serviços de atenção à mulher em situação de violência (Conselho Federal de Psicologia – CFP – 2012), uma das prioridades das políticas públicas em âmbito internacional é o enfrentamento à violência contra as mulheres. Ainda de acordo com o documento, a mulher tem sido alvo de ataques violentos desde os primórdios da organização social humana, ocorrendo principalmente em espaços privados, sendo desta forma historicamente invisibilizada.

Inscrita em um determinismo biológico, a relação feminino/masculino constituiu-se permeada por um discurso que naturalizava a diferença sexual, marcada por uma assimetria entre atributos e atividades “próprias” de cada sexo. Segundo Amâncio (1998), as diferenças biológicas implícitas na categoria sexo eram as que podiam explicar de forma contundente a inferioridade física, social e psicológica das mulheres, e assim constituíam justificações e legitimações de uma ordem social naturalizada, portanto, não carecia de estudos.

O surgimento da categoria gênero representou uma ruptura epistemológica. De acordo com Louro (2002), ao utilizar a categoria gênero, deixava-se de produzir conhecimentos peculiares sobre as mulheres, separado da análise dos homens e passava-se a enfatizar a construção social e cultural do feminino e masculino, destacando as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, permeados por uma relação de poder.

O debate acerca dos lugares sociais permitidos e assumidos pelo feminino e masculino, possibilitou o acirramento de conflitos, uma vez que anteriormente esses lugares eram rígidos nas relações. Segundo Louro (1998), as pessoas vão se construindo ao longo da existência como femininas ou masculinas em suas relações sociais marcadas por diversos discursos, símbolos, representações e práticas. A carga de informações transmitidas todos os dias pela Internet, televisão, revistas contribuem para a percepção de mulheres e homens acerca dos conceitos de feminilidade e masculinidade. A mídia se posta como um indutor de violência, ao

reforçar a imagem da mulher como objeto sexual associada ao consumo e prazer masculino.

Uma parcela do movimento feminista (SAFFIOTI, 2004; NARVAZ & KOLLER, 2006), tem responsabilizado o modelo de organização patriarcal pelas representações de feminilidade e masculinidade presentes no imaginário de mulheres vítimas de violência. Segundo este entendimento, o paradigma de dominação e exploração das mulheres é regulado por uma ideologia machista construída histórica e socialmente, mas que procura naturalizar a dominação masculina e a submissão da mulher. Conforme essa perspectiva, a violência contra a mulher seria resultado desse processo de socialização sexista e machista.

A violência contra a mulher se configura como transgressão aos direitos fundamentais do ser humano, e isso exige um posicionamento político e ético do profissional de psicologia, tanto no atendimento clínico quanto nas políticas públicas, bem como em pesquisas. Neste contexto, torna-se relevante conhecer como mulheres em situação de violência representam a feminilidade e a masculinidade.

No primeiro capítulo, apresentam-se as correntes teóricas que respaldam os estudos acerca da violência de gênero; distingue-se a diferença conceitual entre violência de gênero e violência contra a mulher, e esclarece-se a utilização indiferenciada neste estudo dos termos violência de gênero e violência contra a mulher. Discorre-se acerca dos conceitos de sexo, sexualidade e gênero. No segundo capítulo, apresentam-se as questões de feminilidade e masculinidade como construções de gênero, e traça-se um paralelo entre relações de gênero, poder e modelo patriarcal, e finalizando o capítulo apresentando resultados de estudos anteriores. No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada.

1. Objetivo Geral

Identificar as representações de feminilidade e masculinidade de mulheres em situação de violência.

1.1. Objetivos Específicos

Compreender a relação entre a representação de feminilidade e masculinidade e sentidos atribuídos pela mulher à violência de gênero.

Conhecer a opinião de mulheres em situação de violência acerca da hierarquia de gênero.

Identificar como as representações de feminilidade e masculinidade se articulam com os desdobramentos do modelo patriarcal no imaginário de mulheres em situação de violência.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Santos & Izumino (2005), os estudos brasileiros acerca da violência contra as mulheres tem suas origens tardiamente no início dos anos 80, uma vez que em outros países as pesquisas já se encontravam bastante desenvolvidas. O objetivo destas pesquisas era dar visibilidade à violência e combatê-la, utilizando-se de intervenções sociais, psicológicas e jurídicas. As questões que estes estudos procuravam responder eram: quais eram os crimes mais denunciados? Quem eram as mulheres agredidas? Quem eram os agressores?

Santos & Izumino (2005) destacam três correntes teóricas que respaldavam esses estudos. A primeira, intitulada Dominação Masculina, entende a violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na opressão e anulação da autonomia da mulher. A principal representante desta linha no Brasil é a teórica Marilena Chauí, que concebe a mulher tanto como vítima, quanto como cúmplice da dominação masculina. De acordo com Santos & Izumino (2005), Chauí afirma que a ideologia de dominação masculina é produzida e reproduzida tanto por homens, quanto por mulheres. Daí a ideia de cumplicidade. De acordo com essa perspectiva a mulher contribui para a instalação e manutenção do contexto de agressões. A violência é definida como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas, resultando em dominação, opressão, dependência e exploração. A mulher é tratada como objeto e não como sujeito, pois é silenciada e se torna dependente e passiva.

A segunda corrente teórica é a denominada Dominação Patriarcal (Santos & Izumino, 2005), que tem como principal representante a socióloga Heleieth Saffioti. Esta literatura é influenciada pela perspectiva feminista e marxista e entende a violência contra a mulher como reflexo do patriarcado e da dominação masculina. A mulher é vista como sujeito social autônomo, mas historicamente vitimada pelo controle social masculino. Afirma existir uma estreita relação entre a dominação masculina e os sistemas capitalistas e racistas. Segundo a perspectiva patriarcal, as mulheres não têm opção e são forçadas a compactuar e aceitar a violência masculina, uma vez que são impotentes para reagir à tirania masculina, portanto, a ideia de que a mulher é cúmplice da violência é rejeitada. O fenômeno da violência contra a mulher é visto como uma problemática que tem raízes profundas, as quais

podem ser observadas ao longo da história, sendo, portanto, de difícil desconstrução.

Conforme Santos & Izumino (2005), a terceira corrente teórica que auxilia os estudos sobre a temática é a Relacional, cuja principal autora é Maria Filomena Gregori. Esta teoria relativiza a dicotomia dominação masculina e vitimização feminina. Concebe violência como uma forma de comunicação e como parte de um complexo jogo de dominação/submissão no bojo das relações de gênero. Assim, a mulher não é vítima senão cúmplice. Ambos os gêneros conferem significados às suas práticas e não se trata de um jogo de poder. Para Gregori, a mulher é protagonista nas cenas de violência, porém, se representa como vítima e não sujeito quando denuncia. Para Gregori, a mulher detém autonomia e participa ativamente na relação violenta.

De acordo com Santos & Izumino (2005), a Corrente Relacional foi muito criticada pelo movimento feminista, mas algumas organizações feministas que atendem mulheres passam a debater a cumplicidade da mulher na relação violenta, e começam a usar a expressão “mulheres em situação de violência ao invés de mulheres vítimas de violência”. Esta mudança de paradigma representa um novo olhar para o fenômeno da violência de gênero. No contexto da violência de gênero, a questão da vitimização da mulher é objeto de debates acirrados. De um lado encontram-se autoras com Saffioti (2004), que, ao enfatizar a vitimização da mulher, concebem o homem como algoz. Por outro lado, encontram-se autoras como Gregori (1993), que destacam o protagonismo tanto da mulher, quanto do homem nas relações violentas. Assim a violência é concebida no contexto da relação como produção de ambos os sexos.

2.1. Violência de gênero e violência contra a mulher.

Violência de gênero e violência contra a mulher não são termos sinônimos, porém neste estudo os dois termos serão utilizados indistintamente, uma vez que Saffioti (2001) esclarece que violência de gênero é um conceito mais amplo, pois engloba a violência praticada contra mulheres, crianças, adolescentes e outras minorias, no entanto são as mulheres as maiores vítimas deste tipo de violência.

De acordo com Jacobucci & Cabral (2004), no Brasil, a violência contra a mulher vem gradativamente recebendo atenção do poder público, por constituir um

dos maiores problemas de saúde pública, vitimando um quarto da população. No entanto, Saffioti (2004), alerta para a incongruência entre os números oficiais da violência e a realidade. Isto se explica porque as agressões psicológicas são tão corriqueiras, tão banalizadas que não são percebidas como violência. Outro fator que explica esta não fidedignidade é o fato de que muitas mulheres ainda não denunciam o agressor, embora a Lei Maria da Penha venha mudando esse panorama. Desta forma, a violência na prática é maior que a violência das estatísticas.

2.2. Sexo, sexualidade e gênero.

A visão dicotômica que tradicionalmente marcou as diversas ciências definiu mulheres e homens como seres antagônicos, embora tal perspectiva vem sendo criticada. As teorias feministas apresentam uma perspectiva mais abrangente da sexualidade dos seres humanos, e propõem uma percepção a respeito de mulheres e homens como resultado de processos sócio históricos, construídos e, portanto passíveis de desconstrução. A divisão dicotômica dos gêneros produz relações de violência e exploração.

Segundo Ribeiro (1999), o sentido original da palavra sexo refere-se à divisão da espécie humana em dois grupos: fêmea ou macho. Teoricamente os indivíduos pertencem a um destes dois grupos. Além das diferenças físicas, há outras que foram construídas ao longo da história, por meio dos costumes, ideias, atitudes, crenças e regras criadas pela sociedade e associadas aos sexos. Essas diferenças são definidas, hoje, como diferenças de gênero.

Quanto à sexualidade, Ribeiro (1999), explica que a sexualidade envolve, além do corpo, a história do indivíduo, os costumes, as relações afetivas, a cultura. É muito mais do que sexo, uma simples parte biológica do corpo que permite a reprodução. Sexualidade é a própria vida, num processo que vai do nascimento até a morte. Os aspectos biológicos da sexualidade existem e são importantes, mas são apenas parte da sexualidade, não seu todo. A sexualidade está impregnada de símbolos que direcionam o desejo e são por ele direcionados, ela compõe-se de comportamentos e sentimentos construídos nas relações de gênero.

Louro (1998) esclarece que gênero se refere a um conjunto de papéis sociais atribuídos a cada sexo. Esses papéis não são fixos, variam de acordo com a época

e as tradições. Os padrões tradicionais muitas vezes entram em conflito com realidades emergentes ao exigir que as pessoas adotem este ou aquele comportamento. Ser mulher ou ser homem é mais que ter um sexo biológico, é ter um lugar tanto no espaço público, quanto no espaço privado.

Muraro (2004), explica que no final do século XIX, Karl Marx, criou uma nova categoria para explicar a sociedade humana, que denominou de classe social. Havia uma legião de pessoas pobres, dominadas e uns poucos que dominavam e detinham as decisões e as riquezas. Observou-se que metade da humanidade, as mulheres, vivia um tipo de opressão que era só delas: cozinhar, lavar, passar e ter o maior número de filhos possível, enquanto o homem ia para a rua para trabalhar, competir, lutar pelo poder, pelo conhecimento, fazer guerras, desbravar o mundo, enfim, o homem ficou com o domínio público, deixando para a mulher o domínio do lar, do privado. A mulher foi ficando economicamente submissa ao homem e aos poucos, também, emocionalmente dependente dele.

Para facilitar a compreensão daquilo que é biológico, orgânico de cada sexo e daquilo que é socialmente construído, os especialistas criaram o conceito de gênero. Pinto (1999, p. 123) esclarece que:

São muitos e qualitativamente variados o uso do termo gênero. Procurando superar o determinismo biológico como fator explicativo, há aqueles que o utilizam para resgatar a produção cultural e histórica das diferenças sexuais, mas que mantêm o sexo, isto é, as distinções biológicas como referências explicativas. Outros não veem nenhuma contribuição da biologia para explicar as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres, fenômeno este considerado eminentemente cultural... Todos esses usos do gênero têm em comum a afirmação da construção social das distinções sexuais. (PINTO, 1999, p.123).

O conceito de gênero foi pensado com a finalidade de deslocar o foco das relações entre mulheres e homens para o social/cultural, antes concebidas no âmbito biológico e tidas como naturais e imutáveis. De acordo com Scott (1990), a relação feminino/masculino constituiu-se ao longo da história permeada por um discurso hegemônico, o qual pregava o determinismo biológico subentendido no termo sexo e a naturalização da diferença sexual, marcada por uma assimetria entre o que rotulavam como características e atividades próprias de cada sexo. A categoria gênero passou a servir de base para se investigar a construção social do

feminino e do masculino, que se relaciona com determinados preceitos, regras e papéis coletivos.

Para Scott (1990), o uso do termo gênero contribui para a mudança de paradigma histórico que privilegia, valoriza e exalta o masculino. Assim, para a autora, gênero está atrelado à organização social e é resultado de processos políticos. Desse modo, as categorias mulher e homem, não devem ser analisados separadamente. Portanto, o conceito de gênero enfatiza a dimensão cultural construída acerca do papel desempenhado no processo de tornar-se mulher ou homem.

O uso do termo gênero destaca, assim, o caráter social das diferenças existentes e ressaltadas sobre o sexo e assinala um posicionamento político diante da preferência no uso de gênero em detrimento de sexo. Uma vez que este último se refere ao atributo biológico, físico, orgânico, que diferencia feminino e masculino, enquanto gênero se refere ao código de conduta, as normas e padrões que determinam a organização social das relações entre mulheres e homens.

O gênero guarda a inconstância de tudo que é histórico e cultural. Desta forma “a inscrição dos gêneros - feminino e masculino - nos corpos é constituída, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura”. (Louro, 2001, p.11). Assim, uma matriz cultural delimita os padrões a serem seguidos e, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. Butler (2003) argumenta que uma vez que o gênero é concebido como algo cultural, logo o feminino e o masculino estão simultaneamente em mulheres e homens. São as instituições sociais como a família, a igreja, a escola que impõem, desde muito cedo, modelos de comportamentos, padrões e gramáticas morais. O gênero é relacionado a convenções e normas localizadas no tempo e no espaço. É também algo imposto e experienciado.

Segundo a autora, quando a violência simbólica, invisível, psicológica se revela ineficiente para garantir a imposição de normas ou convenções surge a violência física. Esta não é a única forma de violência no convívio doméstico, embora seja a que chama mais atenção por deixar marcas visíveis. Ironias, injúrias, piadas, chantagens e ameaças costumam preceder tapas, socos ou surras. A violência simbólica, frequentemente não é reconhecida como forma de violência pelas vítimas, talvez porque não deixam cicatrizes no corpo, porém, marcam a alma.

2.3. Feminilidade e masculinidade como construções de gênero

Segundo Alencar (2011), as representações sociais de feminilidade e masculinidade influenciam as relações entre os sujeitos e ditam comportamentos a partir de uma vivência desigual de valor e poder. Desta forma, a assimetria de gênero prescreve diferentes condutas para mulheres e homens.

Os papéis são aprendidos ao longo da formação dos seres humanos. Simone de Beauvoir (1949) defende que tornar-se mulher é uma questão de aprendizagem e não uma questão dada, nata. Desta forma, ser mulher ou ser homem é um aprendizado que começa desde o nascimento e é reafirmado ao longo de toda a vida. Não se trata de uma diferenciação dos papéis, mas sim de valoração dos mesmos, de uma hierarquia, onde o masculino é hipervalorizado, enquanto o feminino é menosprezado e subjugado.

Ainda de acordo com Beauvoir (1949), os conceitos de ser mulher e ser homem se constituem em 2 instrumentos políticos de poder que atuam sob os corpos de acordo com seus órgãos genitais e, a partir deles decretam os papéis de gênero na sociedade ocidental capitalista. Pode-se observar que desde o nascimento, meninas e meninos são treinados para atender às expectativas da sociedade em relação aos papéis designados a ambos os sexos. A mulher é cobrada para ser casta, altruísta, mãe, delicada, sedutora e doméstica. Nas entrelinhas, escreve-se que mulheres devam ser fracas, para que homens possam ser fortes. Assim sendo, aprende-se a ser mulher, bem como se aprende a ser homem.

Segundo Fischer & Marques (2001), brinquedos infantis tradicionais como o carrinho, o revolver e a espada simbolizam o espaço público, representam a decisão, o poder, a luta e a violência; enquanto a boneca, geralmente, ofertada à menina está associada à maternidade, ao trabalho doméstico, ao cuidado e ao espaço privado... Assim, as identidades de mulheres e homens são construídas, determinadas e reafirmadas produzindo a necessidade da existência de um sujeito sensível, dócil, frágil, indefeso, submisso em oposição ao outro forte, provedor, intolerante, agressivo, reafirmando e perpetuando a assimetria entre os gêneros e a cultura patriarcal. Isto fica claro na crítica de Louro.

(...) “É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico.” (LOURO, 1998, p. 21).

2.4. Relações de gênero, poder e modelo patriarcal.

Segundo Costa (2008), o termo relações de gênero traduz-se em relações hierárquicas de poder. Tais relações caracterizam-se por uma assimetria, onde a mulher é subjugada pelo homem. A desigualdade entre mulheres e homens resulta em diversas formas de controle, opressão e violência. Alencar (2011), afirma que as representações de feminilidade e masculinidade influenciam as relações entre os sujeitos e ditam comportamentos a partir de uma vivência desigual de valor e poder. Desta forma, a assimetria de gênero, prescreve diferentes condutas para mulheres e homens.

Conforme Muraro (1992), as raízes dessa valoração diferenciada entre mulher e homens foram construídas baseadas em mito¹ judaico-cristão. O Gênesis, primeiro livro da Bíblia, ilustra de forma contundente a divisão sexual dos papéis de gênero, perpassada pela relação de poder, que resulta na opressão e na dominação da mulher pelo homem. Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, enquanto a mulher foi criada a partir de uma de suas costelas. Nasceu assim a mulher para agradar e fazer companhia ao homem.

Lopes (2010), explica que de acordo com a tradição bíblica, a mulher já nasceu dependente e inferior ao homem, isso se explica pela crença de que a mulher originou-se de uma de suas costelas. Desde o seu surgimento não se constituiu como sujeito autônomo, que pudesse se posicionar de forma independente e com ideias próprias. Destaca-se assim, a fragilidade, a candura e a prontidão da mulher para servir ao seu senhor, como forma de agradecimento pela origem de seu nascimento.

A autora ainda destaca o mito do fruto proibido, onde a mulher foi culpada por induzir o homem ao erro. Por este motivo, o Criador a castigou com a dor do

¹ *O mito é uma narrativa que conta a forma como uma sociedade vê o mundo. Sua relação com a natureza, as relações entre as pessoas e também os papéis de homem e mulher.

parto e a submissão ao homem. Para o homem, o castigo era dominar a natureza e com seu trabalho produzir o alimento para sustentar a si, a mulher e a prole. Nesse contexto, verifica-se que a moral do mito judaico-cristão é transmitida ao longo dos anos pelas religiões cristãs. Assim, há o reforço e legitimação da cultura machista e patriarcal justificada pelas escrituras sagradas. A história de Eva e Adão ilustra a construção e delimitação dos papéis da mulher e do homem na cultura ocidental. De acordo com Muraro (1992), chama a atenção para a forma sutil como os papéis sociais designados a mulheres e homens são cristalizados em ambos os sexos, e naturalmente pousam no imaginário e se fixam como verdades absolutas, inquestionáveis e santificadas.

De acordo com Saffioti (1992), além das religiões, outras instituições de poder como instituições jurídicas e educativas também contribuem para afirmar o sentido do feminino e masculino, construídos a partir das relações de poder. Assim a equidade se torna uma falácia.

Silva (2012) defende que se posicionar contrariamente aos paradigmas sobre papéis sexuais requer o abandono da separação biológica dos sexos. Desta forma, propõe a ruptura com as concepções vigentes do ser mulher e do ser homem, onde o sexo masculino é detentor de qualidades viris como vigor sexual, coragem, força e inteligência. Da mesma forma, cessaria as concepções exclusivas do ser mulher, tais como qualidades femininas representadas pelo amor, carinho, dedicação, compreensão, intuição, fragilidade. No lugar das definições pré-estabelecidas, a autora sugere concepções comuns à categoria ser humano, que engloba mulheres e homens, tais como, fortes e fracos; emotivos e racionais; autônomos e dependentes.

Nesta perspectiva se contempla a ocupação mútua tanto do privado quanto do público em ambos os sexos e ressalta-se a dimensão humana dos sujeitos. Essas mudanças vão de encontro à perspectiva de gênero, que defende que os sujeitos vão se constituindo ao longo de suas experiências e vivências, num processo histórico e cultural e não concebidos pela natureza. Romper com os papéis estereotipados de gênero e construir outros pressupõe o desenvolvimento de uma sociedade não sexista e outra forma de comunicação e isso se torna um desafio de todos os profissionais comprometidos com a militância por um mundo melhor.

As desigualdades de gênero são construídas historicamente por mulheres e homens. Beauvoir (1976) rejeita a naturalização das desigualdades de gênero ao afirmar que os padrões sociais edificados por ambos os sexos são transmitidos,

justificados e adotados como se fossem autônomos, como se possuíssem vida própria, concebidos como inevitáveis e incontroláveis, que não podem ser transformados sob pena de adulterarem a ordem natural, a coesão, a estabilidade e a reprodução da sociedade.

Segundo Azevedo (1985), tanto a História quanto a Antropologia têm evidenciado em seus estudos que a mulher é considerada cidadã de segunda classe no mundo dos homens. Que as mulheres vivem uma condição de seres para e dos homens. Isto denota uma ideia de subserviência e propriedade dos homens. Assim, na medida em que a mulher legitima, aceita e conforma com a condição de inferioridade, ela poderá vir a ser além de vítima, cúmplice da violência de gênero.

Bourdieu (1999) aponta que a dominação do masculino sobre o feminino se dá porque a dominação masculina não carece de legitimação, pois ela é justificada e naturalizada por meio das diferenças biológicas percebidas entre os sexos e é incorporada pela sociedade na forma de percepção, ação, por meio do hábitus. As próprias mulheres acabam por reproduzir as representações que as depreciam na ordem social. Nesse contexto, Bourdieu utiliza a expressão paradoxo da doxa para referir ao fato de o dominado, no caso, as mulheres, consentir na dominação e a permanência e aceitação da dominação.

Azevedo (1985), alerta que o machismo, definido como ideologia do sexo, constitui um sistema de crenças e valores legitimador de um padrão de dominação masculina. Saffioti (1992) ressalta que o machismo não é exclusivo dos homens. Por meio da socialização as mulheres foram preparadas para aceitar e compactuar com a dominação masculina e, portanto, reproduzir o machismo.

A visão androcêntrica é legitimada pelas próprias práticas que ela determina em um mundo que confere maior importância ao sexo masculino. Beauvoir (1949), parte do princípio fundamental de que existe na sociedade um desequilíbrio estrutural e de poder entre os sexos, onde o masculino é a referência enquanto o feminino é o outro, definido sempre em relação ao primeiro. Assim, a mulher é qualificada como: a mãe, a esposa, a cuidadora, a namorada, a amante, a prostituta, enfim, a mulher tradicionalmente se definiu por sua função em relação ao homem. A autora critica a maneira como os homens olhavam as mulheres e como as próprias mulheres se enxergavam, e conclui que as características associadas tradicionalmente à condição feminina derivam menos de imposições da natureza e mais de mitos disseminados pela cultura.

Segundo Beauvoir (1949), a assimetria entre os sexos é ensinada desde a infância, ainda em tenra idade meninas e meninos são educados de maneiras distintas para propósitos diferentes. Trata-se de uma expectativa em que o menino quando adulto enfrentará um mundo grande e repleto de escolhas, de oportunidades. Por outro lado, as descobertas da menina ficam restritas ao ambiente doméstico, onde aprendeu a ser submissa, conformista, compreensiva, cuidar da casa e a educar os filhos ao modelo de sua própria mãe.

Resumindo, pode-se concluir que, associada ao machismo e ao patriarcado, a educação diferenciada que privilegia o homem em detrimento da mulher, produz e reproduz a subalternidade da mulher. Desde a mais tenra idade, as crianças aprendem o que é ser mulher e o que é ser homem. Esta aprendizagem se evidencia no modo de se vestir, no comportamento e nos sentimentos autorizados e incentivados a um e outro.

2.5. A Psicologia e os contextos da violência contra a mulher

Segundo o Documento de referências para atuação das (dos) psicólogas (os) em serviço de atenção à mulher em situação de violência (Conselho Federal de Psicologia – CFP- 2012), a prática das (os) psicólogas (os) é norteada pelo Código de Ética e pelos marcos legais dos quais o Brasil é signatário. Ao profissional da Psicologia cabe a percepção de que a violência contra a mulher se configura como violação de direitos humanos, e que a questão de gênero é fundamental para sua compreensão.

Ainda de acordo com o CFP (2012), a psicoterapia breve é uma importante aliada em um primeiro momento de situação de crise no contexto da violência de gênero, porém, em um segundo momento não é suficiente, pois é preciso utilizar outras metodologias no trabalho a fim de contribuir para o rompimento do ciclo da violência. A atuação deve orientar-se pelo fortalecimento do protagonismo e autonomia das mulheres, bem como, pela visão multidimensional da violência, como produto das relações assimétricas legitimadas e construídas pela sociedade, pela cultura, pela economia e também pela subjetividade dos sujeitos envolvidos. Desta forma, pode-se depreender que a psicoterapia requer aprofundamento justamente para trabalhar aspectos associados às representações de feminilidade e masculinidade.

De acordo com este documento sobre referências técnicas, o termo mulher vítima de violência foi substituído por mulher em situação de violência. Essa mudança ocorreu em razão da luta contínua pelo movimento de mulheres, e também por militantes e estudiosas da temática. O fato de se acreditar que a situação de violência pode ser superada, sugere possibilidades de saída e resolução do conflito, enquanto a ideia de mulher vítima de violência mantém estreita relação com a condição de subalternidade e passividade. Não se trata apenas de uma mudança de termos, trata-se de uma visão epistemológica relevante.

De acordo com Machado & Magalhães (1999), o modelo de dominação masculina versus vitimização feminina precisa ser ampliado para que profissionais da Psicologia investiguem o contexto no qual ocorre a violência. Assim, compreender a conjuntura na qual a violência é produzida e o significado que assume também é uma orientação para a atuação da (o) psicóloga (o), no atendimento às mulheres em situação de violência. Não se trata de uma simples escolha de posições extremadas. Trata-se de uma nova perspectiva interpretativa, cujo principal objetivo é pensar os dilemas e a complexidade da relação violenta. Falar em “casais violentos” é diferente de culpabilizar as mulheres e desculpar os homens. Compreender os motivos pelos quais as mulheres agredidas não abandonam seus agressores é diferente de afirmar uma cumplicidade com o espancamento.

Segundo Machado & Magalhães (1999), o foco do trabalho psicológico está em compreender como se constituem as subjetividades no contexto de relações intersubjetivas. No cenário das relações violentas, os protagonistas descortinam amor e ódio, afeto e violência, independência e submissão. A dimensão humana se apresenta em sua plenitude.

2.6. Estudos anteriores

A literatura a respeito da violência contra as mulheres tem sua origem, no Brasil, nos anos 80. De acordo com Santos & Izumino (2005), o principal objetivo destas pesquisas era dar visibilidade à violência contra a mulher e combatê-la. Os principais problemas de pesquisa eram: Quem eram as mulheres que sofriam

violência? Quem eram os agressores? Quais os fatores condicionantes? Quais os fatores precipitantes?

Já nos anos 90, os estudos feministas priorizam a questão da vitimização. A temática da violência contra as mulheres tem sido alvo de inúmeros estudos, no entanto, percebe-se uma lacuna no tocante à questão das representações de feminilidade e masculinidade relacionada à violência (Azambuja, 2004).

Alencar (2011) realizou um estudo denominado “Representações de masculinidade e feminilidade: alguns desdobramentos do modelo patriarcal numa capital amazônica”. Neste estudo o autor destaca resquícios do modelo patriarcal nas representações de feminilidade e masculinidade presentes nas falas das interlocutoras da pesquisa. Estas representações se circunscrevem em relações de poder e dominação como transparece nas falas das entrevistadas.

Segundo Alencar (2011), as representações de feminilidade e masculinidade influenciam as relações entre os sujeitos e ditam comportamentos a partir de uma vivência desigual de valor e poder. Desta forma, a assimetria de gênero, prescreve diferentes condutas para mulheres e homens.

Almeida (2010) aponta em sua pesquisa com adolescentes, que ao definir feminilidade as meninas utilizaram os seguintes atributos: vaidade, delicadeza, sutileza, zelo, habilidades na cozinha e sedução. No que se refere ao masculino, foram utilizadas as palavras: força física, violência e maior dedicação ao trabalho. Foi possível observar estereótipos de gênero impregnados por uma ideologia masculinista e sexista. O estudo concluiu que aparecem aspectos que denotam transformações nas concepções de masculinidade e feminilidade, porém, os valores tradicionais continuam estruturando as relações de gênero.

Segundo Azevedo (1985), a condição feminina é um fator condicionante e não determinante da violência física contra as mulheres, uma vez que, nem todas as mulheres são espancadas, nem mesmo as que têm a mesma condição de dependência socioeconômica, política e cultural.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo. Segundo Rey (2005), nos estudos qualitativos enfatizam-se os processos e significados que não são sistematicamente analisados em termos de quantidade, intensidade ou frequência. A pesquisa qualitativa prioriza a natureza socialmente construída da realidade, a relação próxima entre o sujeito do conhecimento e o objeto de estudo.

A opção por uma abordagem qualitativa está diretamente relacionada com um posicionamento ético-político, e implica em um olhar subjetivo por parte da pesquisadora. O problema de pesquisa será analisado partindo do lugar em que a pesquisadora se coloca em sua condição de mulher, uma vez que a suposta neutralidade é algo ilusório.

A abordagem qualitativa considera a subjetividade tanto do sujeito pesquisador, quanto do pesquisado (FLICK, 2009). Dado que o objetivo desta pesquisa é identificar as representações de feminilidade e masculinidade de mulheres em situação de violência, a perspectiva qualitativa é fundamental, já que propicia a construção de sentido subjetivo sobre uma realidade que não se deixa explicar por meio dos dados estatísticos ou quantitativos sobre a violência.

O foco deste estudo estará na interpretação dos significados atribuídos por mulheres em situação de violência à feminilidade e à masculinidade. Interessa aqui compreender as representações das participantes do estudo. Para a análise dos dados foram utilizados os pressupostos da Teoria Fundamentada de Strauss e Corbin. Segundo Strauss & Corbin (2008), a Teoria Fundamentada refere-se a uma metodologia indutiva que se aproxima do assunto a ser investigado, sem uma teoria a ser testada. A teoria aparece ou não ao final do estudo.

Procedimentos para a coleta de dados.

A coleta de dados iniciou-se com o acesso da pesquisadora à lista, disponibilizada pela Defensoria Pública, contendo os nomes e números de telefones das mulheres que registraram boletim de ocorrência na DEAM-DF. Em seguida, iniciou-se o contato via telefone, disponibilizando três espaços para a realização das entrevistas: Defensoria Pública, Fórum Leal Fagundes e CENFOR- Centro de formação de profissionais do UNICEUB.

Das 5 mulheres convidadas, 4 aceitaram realizar a entrevista, sendo que 2 preferiram que o encontro fosse realizado no CENFOR, e as outras 2 solicitaram que fosse no espaço da mulher, no Fórum Leal Fagundes.

A entrevista começava após a explicação detalhada e assinatura do TCLE. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, para posterior análise; os nomes das participantes foram substituídos por nomes fictícios. As entrevistas duraram em média 30 minutos.

Análise de dados:

De acordo com Strauss & Corbin (2008), a pesquisadora analisa os dados, de modo a entender como e por que as participantes agem e pensam de determinada maneira e adota-se uma postura de aceitação ao novo e ao inesperado. Nesta metodologia, a coleta e análise dos dados ocorrem de forma concomitante, ou seja, desde o primeiro contato com as participantes, a entrevista propriamente dita, a transcrição das entrevistas até as inúmeras leituras do material coletado, ocorre a análise dos dados.

O processo de análise envolveu as seguintes etapas: (a) interação com os dados por meio de leituras sucessivas do material transcrito das entrevistas, promovendo uma análise em profundidade e tendo como fio condutor a reflexão - o que está sendo dito? Possibilitando, desta forma, a criação da codificação. De acordo com Strauss e Corbin (2008), a codificação consiste em identificar uma ou mais passagens do texto, que se relacionam a alguma ideia temática e relacioná-la a uma referência ou código. (b) Os dados foram examinados, comparados, extraídas regularidades, possibilitando a elaboração de categorias. (c) As categorias foram nomeadas a partir do surgimento de pontos em comum, que foram se destacando e se mantendo em meio a diversidade dos dados. (d) Os dados obtidos, a partir das entrevistas e da literatura consultada, sustentaram a nomeação das categorias, que tomadas em seu conjunto, apoiaram uma compreensão integrada da categoria principal deste estudo, que é a representação de feminilidade e masculinidade.

Assim, para responder à categoria principal delinearam-se, a partir dos dados, 5 categorias de análise: Desigualdade de gênero, naturalização/conformismo vitimização da mulher/empoderamento, representação de mulher, representação de homem.

Critérios utilizados para seleção das participantes:

Foram entrevistadas 4 mulheres em situação de violência, que fizeram ocorrência na Delegacia de atendimento à mulher (DEAM), e que participaram do projeto de empoderamento de mulheres em situação de violência, coordenado pela Defensoria Pública em parceria com o Fórum Leal Fagundes. Também foi critério adotado, ser maior de 18 anos e que a situação de violência tenha ocorrido há no mínimo um mês antes do contato com a pesquisadora.

A Defensoria Pública do Distrito Federal é uma instituição permanente criada pela Constituição Federal, cuja função é oferecer assistência judiciária gratuita aos cidadãos, além de atuar na defesa e promoção dos direitos humanos. Na realização de suas atividades institucionais, a Defensoria Pública organiza-se através de órgãos, dentre eles o Departamento de Atividade Psicossocial (DAP), criado em 2011. Trata-se de um órgão de apoio técnico constituído por psicólogos e assistentes sociais, que tem como objetivo garantir direitos à população nos diversos contextos de vulnerabilidade social. Entre os principais projetos do Departamento de Atividades psicossocial (DAP), está o projeto de acolhimento e empoderamento de mulheres que sofreram qualquer tipo de violência.

A escolha da temática e da instituição ocorreu em função da oportunidade que a pesquisadora teve ao realizar a modalidade de estágio, denominado estágio IV na referida instituição. Foi feito o pedido de autorização à coordenadora do DAP para a realização desta pesquisa. Obtida a autorização, submeteu-se o projeto de pesquisa a análise do Conselho de Ética em Pesquisa do UNICEUB, que realizou o exame e aprovou antes do início da pesquisa.

Instrumentos utilizados para coleta de dados.

Os instrumentos adotados para a coleta dos dados foram entrevistas semi-estruturadas. Segundo Flick (2009), tal método se ajusta ao processo de pesquisa qualitativa. Minayo (2004) destaca que uma entrevista semiestruturada privilegia perguntas abertas e fechadas para a participante, e assim, esta ter liberdade para explanar acerca da temática, mas sem fugir do assunto e seguindo o roteiro, e por fim, a autora acrescenta que uma entrevista significa, antes de qualquer coisa, uma conversa a dois, um diálogo, onde a pesquisadora conduz a entrevista, priorizando aspectos relacionados ao objeto de estudo, e monitorando para que a entrevista não perca o foco. A entrevista se constituiu por seis questões motivadoras:

- O que você pensa a respeito da igualdade de direitos entre mulheres e homens?
- Existem atividades específicas para mulheres e para homens?
- Como é para você ser mulher?
- Como você acredita que é ser homem?
- Como foi ou é para você a realização das tarefas domésticas entre você e seu companheiro?
- Você acredita que existem características específicas para a mulher e para o homem?

As entrevistas foram gravadas para posterior análise e interpretação. Durante a realização das entrevistas a pesquisadora observou a postura, gestos, fisionomia, sentimentos e emoções das participantes.

A execução deste estudo não envolveu custos elevados, sendo uma pesquisa feita com voluntários não remunerados, como exige as regras de ética em pesquisa. Os custos para a execução da pesquisa foram dez reais para confecção de materiais e cópias dos “Termos de Consentimentos Livre e Esclarecidos”. As horas de trabalho da pesquisadora não foram computadas, pois esta atuou como voluntária.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Deixou-se claro para as interlocutoras, que seria resguardado o sigilo absoluto e que na escrita os nomes atribuídos seriam fictícios. No quadro a seguir, as mulheres foram identificadas com pseudônimos, com o intuito de garantir o anonimato.

Pseudônimo	Idade	Ocupação/profissão	Escolaridade	Outras informações
Maria	52 anos	Professora	Superior	Evangélica, 1 filha.
Aparecida	50 anos	Professora	Superior	Sem religião, 3 filhos
Lúcia	29 anos	Doméstica	Ensino fundamental	2 filhos
Fátima	24 anos	Cabeleireira	Ensino fundamental	2 filhos

Quadro 1 – Dados das interlocutoras

Primeiramente cabe destacar algumas características das 4 mulheres participantes deste estudo, que auxiliaram a melhor contextualização e compreensão do objetivo proposto. Casualmente as mulheres entrevistadas encontravam-se 2 em faixa etária mais jovem; 1 com 24 anos e a outra com 29 anos. As outras 2, um pouco mais velhas; sendo 1 com 50 anos e a outra com 52 anos. Quanto ao nível de escolaridade, as 2 mais jovens possuíam o ensino fundamental e as ocupações eram cabeleireira e doméstica. As outras 2 participantes possuíam curso superior e ambas exerciam o magistério.

Embora a amostra seja pequena, este estudo evidenciou que a violência de gênero ocorre com mulheres de faixa etária e nível de escolaridade heterogêneos. Esta foi uma primeira impressão, mesmo não sendo este o objeto desta pesquisa, esses fatores saltaram aos olhos da pesquisadora.

Após as entrevistas, a pesquisadora procedeu à transcrição literal das falas das interlocutoras e comentários iniciais. Em seguida houve um esforço interpretativo no sentido de identificar a respeito do que as participantes estavam falando. Posteriormente, foi possível a elaboração das categorias.

Observou-se nos discursos das participantes uma riqueza de conteúdo, e assim foi possível a elaboração das seguintes categorias analíticas:

- 1 Desigualdade de gênero.
- 2 Naturalização/conformismo

- 3 Vitimização da mulher/ empoderamento.
- 4 Representação de mulher.
- 5 Representação de homem

1 categoria – Desigualdade de gênero

Esta categoria evidencia a assimetria de gênero, conforme discursos das participantes, onde elas tendem a estabelecer uma comparação entre mulher e homem, e essa comparação acaba por explicitar a superioridade de um sexo, o masculino, perante o outro, o feminino, no que diz respeito a direitos, profissão e vivência da sexualidade. Ao fazer essa comparação, indícios de sentidos de feminilidade e masculinidade acabam sendo produzidos, indicando certo modo socialmente disseminado de percepção de mulher e homem.

LÚCIA –

Quanto aos direitos – “eu sei que eu preferia era ter nascido homem, porque desde pequeno os menino homem já é diferente da menina mulher. Os pai deixa os menino ir pra rua, já as pobre das menina tem é que ficar em casa ajudando a mãe. Ser homem é muito melhor do que ser mulher, não tem nem comparação.”

Quanto à vivência da sexualidade – “acho que os pai tem medo de deixar a filha sai, fica na rua porque o povo fala mesmo né? Eu também falo. Já o menino não pega nada nele. Agora a menina é diferente.”

Quanto à profissão – “ Eu acho sim, que tem coisa que só homem faiz. Por exemplo, dirigir caminhão, taxi, eu acho que isso é serviço do homem.”

FÁTIMA –

Quanto aos direitos – “Tem algumas coisas que a vida de homem é pior que a vida de mulher e em outras é melhor. É pior porque o homem quando está desempregado, todo mundo cobra dele que arrume logo um emprego, acha que o cara é preguiçoso. Agora nas coisas que é melhor, tem muitas coisa que é melhor ser homem do que ser mulher.”

Quanto a vivência da sexualidade – “O homem pode ficar com 2 mulheres e ninguém fala nada, mas se a mulher ficar com 2 homens, todo mundo vai chamar ela de piranha.”

APARECIDA –

-Quanto aos direitos – “Eu acho que homem e mulher são diferentes, mas não existe um inferior e outro superior.”

Quanto à profissão - “Eu acho que todas as atividades podem ser feitas por homens e mulheres, mas tem umas que combina mais com homem. São aquelas atividades que exigem força bruta.”

MARIA –

Quanto à profissão – “Com relação às atividades de trabalho, eu acho que deve ser totalmente livre para homem e mulher, no que diz respeito à profissão, me entenda bem. Nenhuma atividade de trabalho é exclusiva de homem ou mulher, apenas combina mais com um ou outro.”

Quanto à vivência da sexualidade – “Agora com relação ao sexo eu acho que as posturas devem ser totalmente diferentes. O homem é mais galinha, fica com muitas mulheres, porém, a mulher não deve querer se igualar a eles na questão sexual, porque isso não é bom para elas. A mulher não tem que se igualar aos homens nestas questões, porque vai ser prejudicial para elas. Nós, mulheres temos de ser mais reservadas. É essa a palavra que toda mulher precisa entender.”

O conjunto desses dados trouxe à tona um aspecto que permeou de modo transversal todas as narrativas das participantes, que foram as diferenças acentuadas de gênero, o que também é confirmado pela literatura consultada. Segundo Ribeiro (1999), o sentido original da palavra sexo refere-se à divisão da espécie humana em dois grupos: fêmea ou macho. Teoricamente os indivíduos pertencem a um destes dois grupos. Além das diferenças físicas, há outras que foram construídas ao longo da história, por meio dos costumes, ideias, atitudes, crenças e regras criadas pela sociedade. Essas diferenças são definidas, hoje, como diferenças de gênero. “

(...) “É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico”. (LOURO, 1998, p. 21).

Segundo Alencar (2011), as representações sociais de feminilidade e masculinidade influenciam as relações entre os sujeitos e ditam comportamentos a

partir de uma vivência desigual de valor e poder. Desta forma, a assimetria de gênero, prescreve diferentes condutas para mulheres e homens. Isso fica claro no discurso da Maria, quando ela fala: “Agora com relação ao sexo eu acho que as posturas devem ser totalmente diferentes. O homem é mais galinha, fica com muitas mulheres, porém, a mulher não deve querer se igualar a eles na questão sexual, porque isso não é bom para elas. A mulher não tem que se igualar aos homens nestas questões, porque vai ser prejudicial para elas. Nós, mulheres temos de ser mais reservadas. É essa a palavra que toda mulher precisa entender.”

2 categoria – Naturalização/conformismo.

Foi possível detectar no conteúdo das falas das interlocutoras a naturalização dos papéis estereotipados de gênero. As respostas expressam certa ambiguidade em relação às características tradicionais esperadas das mulheres e homens. Há prevalência de característica estereotipada, e em menor frequência as contra estereotipadas, conforme segue:

LÚCIA –

“Esse negócio de serviço de casa não adianta a mulher achar que o homem vai ajudar ela, homem acha que quem tem que fazer serviço de casa é a mulher. Não tem jeito, sempre foi assim, não adianta a gente reclamar, só vai ficar pior, porque vai ter briga se a mulher quiser exigir isso do homem. Não adianta, tem que se conformar, parece que a mulher veio neste mundo pra sofrer.”

“Se Deus fez eles mais forte e a mulher mais fraca é porque tem de ser assim mesmo. Só que tem umas que quer mudar as coisa, só que quanto mais mexe, pior fica pro lado das mulheres.”

FÁTIMA –

“Eu reclamo do meu marido, mas acho que tem uns maridos bem pior que o meu. O meu quando está de bom humor me ajuda. Só a louça que ele não lava de jeito nenhum, não tem quem faça ele arrumar a cozinha. Esse serviço ele não faz e aí eu faço, porque se fosse pra eu chegar e ainda fazer a janta, era bem pior. Então eu chego, janto e arrumo a cozinha. Só de chegar e não ter que mexer com comida já tá bom demais.”

APARECIDA –“ A divisão de tarefas domésticas é super pesada para a mulher. Mesmo os homens modernos, intelectuais, falam que dividem os afazeres domésticos, mas isso é balela, na prática sobra é para a mulher mesmo. Não é uma divisão justa, a mulher fica com muito mais tarefas e eles pensam que estão fazendo um favor para a mulher.”

MARIA –“ Só que é comum a mulher ficar com mais trabalho que o homem, o que eu acho certo, também depende né? Se a mulher estiver doente, ou o homem faz, ou paga para alguém fazer. Cuidar do filho é mais tarefa da mulher do que do homem, ir na escola do filho. A conversa do cotidiano com os filhos também é mais tarefa da mulher, mas quando é algo mais sério aí é com o homem, porque parece que os pais tem mais autoridade que a mãe. O lugar do homem na família é o de chefe, a mulher e os filhos são como ovelhas. O homem é que tem de ser o cabeça da família, é o timoneiro, é quem deve dar a direção.”

“A mulher é mais sentimento, o homem é mais razão. E isto é assim em todas as sociedades.”

“Se a mulher souber levar o homem, ela tem tudo, é só ter sabedoria, agora se quiser medir força, vai perder feio, porque o homem não leva desaforo. Isto é da natureza do homem. Tem uns que aparentemente são mansos, tem cara de lerdos, mas se a mulher quiser enfrentar, eles não aguentam, porque é do homem, não adianta, homem tem sangue quente.”

Observa-se que em 2 mulheres (Fátima e Lúcia), aparecem em seus discursos a palavra “ajuda” referindo-se à colaboração dos homens nas tarefas domésticas, ou seja, a execução de tais tarefas é de responsabilidade da mulher e o homem, na melhor das hipóteses apenas ajuda a mulher. Em outra participante (Maria), o discurso não é direto, mas subentende-se que é natural que as tarefas domésticas sejam executadas pela mulher, e apenas na fala da Aparecida surge um discurso crítico em relação à divisão das tarefas domésticas, sinalizando para uma concepção contra estereotipada. “– A divisão de tarefas domésticas é super pesada para a mulher. Mesmo os homens modernos, intelectuais, falam que dividem os afazeres domésticos, mas isso é balela, na prática sobra é para a mulher mesmo. Não é uma divisão justa, a mulher fica com muito mais tarefas e eles pensam que estão fazendo um favor para a mulher.”

Segundo Beauvoir (1949), a assimetria entre os sexos é ensinada desde a infância, ainda em tenra idade meninas e meninos são educados de maneiras

distintas para propósitos diferentes. Trata-se de uma expectativa em que o menino quando adulto enfrentará um mundo grande e repleto de escolhas, de oportunidades, por outro lado, as descobertas da menina ficam restritas ao ambiente doméstico, onde aprendeu a ser submissa, conformista, compreensiva, cuidar da casa e a educar os filhos ao modelo de sua própria mãe.

Os discursos das participantes demonstram que a presença do passado patriarcal com a permanência de antigas configurações se reveza com novas mudanças nas relações de gênero, delimitando as características de feminilidade e masculinidade. As questões de gênero têm passado por transformações significativas, no entanto, alguns ranços do modelo patriarcal se mostram resistentes. Assim, alguns significados arcaicos associados a feminilidade e masculinidade se mantêm. Algumas falas remetem a complementariedade de papéis, enquanto outras professam forte diferenciação entre os gêneros, quanto à realização das atividades domésticas.

Muraro (1992) chama a atenção para a forma sutil como os papéis sociais designados a mulheres e homens são cristalizados em ambos os sexos e naturalmente pousam no imaginário e se fixam como verdades absolutas, inquestionáveis e santificadas. De acordo com Saffioti (1992), além das religiões, outras instituições de poder como instituições jurídicas e educativas também contribuem para afirmar o sentido do feminino e masculino, construídos a partir das relações de poder. Assim a equidade torna-se uma falácia.

3 Categoria – Vitimização da mulher/empoderamento.

Ratificando as pesquisas anteriores e a literatura científica, este estudo mostrou diversidade de posições, ora de submissão, ora de resistência.

LÚCIA – “Credo! Ser mulher é muito sofrimento. Só que também tem umas que sofre mais que as outra. Acho que tem umas que só vem no mundo pra padecer, parece que o sofrimento só acaba quando morre.”

“A gente já sofre tanto e ainda vai fazer o serviço pesado que é deles?”

“Mulher só se dá mal quando está apaixonada, acho que a gente fica cega”.

FÁTIMA – “Porque eu falei pra ele que se ele triscar a mão em mim mais uma vez, ele é um homem morto e ele sabe que eu sou doida. Agora ele acredita que eu

tô falando é sério. Ele também tem medo da delegada. Eu falo pras mulheres lá do salão que toda mulher deveria ir dar queixa lá na delegacia da mulher. Aí eles ficam com medo”.

“Antigamente que a mulher não podia fazer nada, hoje a mulher tem a lei do seu lado.”

No contexto da violência de gênero, a questão da vitimização da mulher é objeto de debates acirrados. De um lado, encontram-se autoras como Saffioti (2004), que ao enfatizar a vitimização da mulher, concebem o homem como algoz. Por outro lado, encontram-se autoras como Gregori (1993), que destacam o protagonismo tanto da mulher, quanto do homem nas relações violentas. Assim a violência é concebida no contexto da relação como produção de ambos os sexos. O entendimento de Gregori fica muito claro no discurso da Fátima.

De acordo com Machado & Magalhães (1999), o modelo dominação masculina versus vitimização feminina precisa ser ampliado, para que profissionais da Psicologia investigue o contexto no qual ocorre a violência. Assim, compreender a conjuntura na qual a violência é produzida e o significado que assume, também é uma orientação para a atuação da (o) psicóloga (o) no atendimento às mulheres em situação de violência. Não se trata de uma simples escolha de posições extremadas. Trata-se de uma nova perspectiva interpretativa, cujo principal objetivo é pensar os dilemas e a complexidade da relação violenta.

4 Categoria – ser mulher.

Nesta categoria observou-se uma cisão no que diz respeito às representações de mulher ao colocar termos como: “algumas mulheres” “têm umas que”, “há outras que”, “mas não é toda mulher que”, “a classe das mulheres é dividida”, a utilização desses termos pelas participantes induz-se a pensar que os atributos definidores da mulher não pertencem a todas as mulheres, o que acaba introduzindo brechas e tensões nos sentidos de feminilidade. Isso também mostra que os sentidos estão em permanente construção na dinâmica interlocutiva.

Os discursos apresentados a seguir ilustram a presença de significados arcaicos associados à feminilidade e apresentam um teor pejorativo.

LÚCIA – “A mulher é um bicho esquisito, tem umas que são ignorante, estressada, parece até que passa o mês todo de TPM. A mulher é vaidosa, se vai a uma festa tem que arrumar o cabelo, fazer a unha, comprar uma roupa nova né?

Porque a mulher não deve andar toda esculhambada, toda largada. A mulher é mais delicada.”

Diferença entre as mulheres – “Tem umas mulher que só quer se aproveitar quando arruma um homem assim, sabe? bem mais velho, mais não é toda mulher que faiz isso.”

Diferença entre mulheres – “ tem umas mulher que não vale nada”.

FÁTIMA – “ A mulher é um ser especial, boa, mas que às vezes é muito burra”.

“Eu gosto de cuidar, de transformar uma mulher feia em mulher bonita. Num dizem que não existe mulher feia, existe mulher mal cuidada. Basta a mulher se cuidar que ela fica bonita.” (beleza compulsória).

Diferença entre as mulheres – “ Se hoje nós temos até uma mulher presidente do Brasil. As mulheres precisam dar apoio umas para as outras, ajudar....mas nem todas pensam assim. Tem umas que sente, acho que é inveja das outras”.

APARECIDA – “A mulher é um ser muito importante, que sem esse ser não haveria proliferação da espécie humana. A mulher é também uma contradição: meiguice/brutalidade, fraqueza/fortaleza. A mulher é proativa, tem garra, energia e uma sagacidade que os homens não têm”.

“Eu acho que a mulher tem que ser feminina e feminista ao mesmo tempo. Eu gosto de ser sexy, sedutora, adoro conquistar.”

Diferenças entre mulheres – “Eu vejo que a classe das mulheres é dividida: tem uma metade que já entendeu o seu papel neste mundo, estas são as mais inteligentes, independentes financeira e emocionalmente e não têm medo de enfrentar o mercado de trabalho. Porém, há outras que imploram atenção, amor, afeto, carinho dos homens. Estas são frágeis, limitadas cognitivamente, carentes, chatas, pegajosas, ciumentas, Amélias”.

MARIA – “ A mulher é um ser mais frágil, tem suas limitações, mas ao mesmo tempo é forte, pessoalmente no caráter, na dignidade, na coragem para viver e enfrentar a vida. A mulher é mais sentimento. A mulher é o alicerce emocional.”

As representações de feminilidade e masculinidade se circunscrevem em relações de poder e dominação, conforme transpareceu nas falas das entrevistadas deste estudo.

Almeida (2010) aponta em sua pesquisa com adolescentes, que ao definir feminilidade, as meninas utilizaram os seguintes atributos: vaidade, delicadeza, sutileza, zelo, habilidades na cozinha e sedução.

Mesmo na visão da participante, Aparecida, que se auto intitula feminista, aparece a concepção de mulher como reprodutora. Em sua fala, destaca os adjetivos sexy e sedutora. Verifica-se assim que tanto em sua concepção de mulher, quanto nos adjetivos utilizados é possível apreender que define a mulher a partir do outro, quer este outro seja filho ou parceiro. Beauvoir (1949), parte do princípio fundamental de que existe na sociedade um desequilíbrio estrutural e de poder entre os sexos, onde o masculino é a referência enquanto o feminino é o outro, definido sempre em relação ao primeiro. Assim, a mulher é qualificada como: a mãe, a esposa, a cuidadora, a namorada, a amante, a prostituta.

5 Categoria – Ser homem.

Os discursos se apoiam em premissas socialmente construídas e culturalmente transmitidas, como força, agressividade, virilidade associadas ao homem. São modelos internalizados em relação à percepção do que é ser homem. Esses achados corroboram com a pesquisa de Almeida (2010,) a qual, aponta que ao se referir ao masculino, as participantes utilizaram as palavras: força física, violência e maior dedicação ao trabalho. Foi possível observar estereótipos de gênero impregnados por uma ideologia machista e sexista. O estudo possibilitou a evidência de aspectos que denotam transformações nas concepções de masculinidade e feminilidade, porém, os valores tradicionais continuam estruturando as relações de gênero.

LÚCIA – Quando o homem briga na rua é o valentão, todo mundo acha que tá certo, que homem que é homem não leva desaforo pra casa. Homem tem mais força, é mais bruto. Eu não acho que os homem presta não.

Diferença entre os homens – Tem uns homem que quando a mulher está doente ou quando ganha menino, eles faz a comida, mais não é todos. Tem uns homem que além de não fazer nada pra mulher, ainda faz é bater na mulher quando ela ganha menino.

FÁTIMA –“ Agora ele só muda quando ele bebe aí ele fica valente, parece outro homem.” MARIA –“ O homem tem que continuar sendo o alicerce financeiro.

Os homens se sentem diminuídos, eles aceitam nosso sustento, mas tenho certeza que eles acham isso uma humilhação. Claro que é uma humilhação muito grande para o homem. O homem é quem deve dar todo o conforto para a mulher.”

APARECIDA –“ Os homens não querem mudanças, porque para eles é interessante manter as coisas como estão. Eles têm o poder sobre as mulheres, ou melhor, sobre algumas mulheres que não sabem se impor e exigir respeito.”

“Na cama, eu gosto de homem viril, macho. Na cama não combina homem muito delicado. Homem tem que ter pegada forte, impactante.”.

É curioso observar que, mesmo na fala da participante Aparecida, a qual apresenta fragmentos de discurso crítico em relação às questões de gênero, ainda surge em sua fala a representação de masculinidade estereotipada. Na cama, ou seja, no sexo, valoriza adjetivos como: viril, macho e despreza característica como a delicadeza no homem. Afirma que homem tem que ter pegada forte, possibilitando assim, o entendimento de que é desejável que o homem se apresente para a mulher como um ser forte, agressivo, dominador e assim, ele possa causar impacto, despertar emoção na mulher.

Butler (2003) argumenta que uma vez que o gênero é concebido como algo cultural, logo o feminino e o masculino estão simultaneamente em mulheres e homens. São as instituições sociais como a família, a igreja, a escola que impõem, desde muito cedo, modelos de comportamentos, padrões e gramáticas morais. Alencar (2011), afirma que as representações de feminilidade e masculinidade influenciam as relações entre os sujeitos e ditam comportamentos a partir de uma vivência desigual de valor e poder. Desta forma, a assimetria de gênero, prescreve diferentes condutas para mulheres e homens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ressalta-se que os dados desta pesquisa devem ser compreendidos à luz dos pressupostos da pesquisa qualitativa. Assim, a representatividade da amostra não foi o cerne da investigação, mas sim a imersão nos significados e sentidos dos discursos de um pequeno grupo de mulheres que se disponibilizaram a participar deste estudo, de forma espontânea, sendo este um dado relevante.

No que diz respeito ao objetivo deste estudo, conhecer as representações de feminilidade e masculinidade de mulheres em situação de violência, percebe-se que estas, passam necessariamente pelo reconhecimento das questões relativas ao gênero, ao machismo e aos resquícios do modelo patriarcal, que de forma contundente impregnaram os significados, as posturas e as formas de expressão das participantes.

Destaca-se ainda, o papel que a psicóloga desempenha no momento de atender e estudar essa demanda. Pensando em uma atuação eficaz, faz-se necessário compreender e abordar a violência contra a mulher, como um fenômeno complexo e multideterminado por fatores relacionais, econômicos, sociais, religiosos, culturais, históricos e por estigma de gênero, os quais influenciam e são influenciados pelas representações de feminilidade e masculinidade.

Assim sendo, cabe uma ampliação da postura crítica por parte dos profissionais da psicologia quando em contato com a temática, a fim de evitar uma atuação despolitizada e descontextualizada frente às demandas individuais e sociais contemporâneas.

Considera-se igualmente relevante a promoção de debates éticos permanentes no seio da categoria profissional, bem como posicionamentos políticos relacionados a toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos.

6. REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A. V. **Representações de masculinidade e feminilidade**: alguns desdobramentos do Modelo Patriarcal numa capital amazônica, 2011.
- ALMEIDA, F. A. S. **Meninas vestem rosa, meninos vestem azul**: concepções de adolescentes acerca da masculinidade. Fazendo Gênero 9, 2010.
- AMÂNCIO, L. **Masculino e feminino**: a construção social da diferença. Lisboa: Edições Afrontamento, 1998.
- AZAMBUJA, M. R. F. **Violência sexual intrafamiliar**: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do advogado, 2004.
- AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Lisboa: Quetzal Editores, 1949
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em:
http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf Acessado em: 21/09/2013
- FISCHER, I. R. Marques, F. **Gênero e exclusão social**, 2001. Disponível em:
<http://www.fundaj.gov.br/tod/113.html> Consultado em 25/09/2013
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LOPES, C. B. **Trabalho Feminino em Contexto Angolano**: um possível caminho na construção de autonomia. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC São Paulo, 2010.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOURO, G.L. **Gênero: Questões para a educação**. In: Bruschini, C e Unbehaum, S. (orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

MACHADO, L. Z. & MAGALHAES, M. T. B. **Violência conjugal**: os espelhos e as marcas. IN SUAREZ, N. & BANDEIRA, L. (org) **Violência de gênero e crime no DF** pp 173-237 Brasília UNB, 1999.

MINAYO, M.C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MURARO, R. M. **A Mulher no Terceiro Milênio**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MURARO, R. M. In: **Sexualidade: prazer em conhecer**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2004.

NARVAZ, M. G. & KOLLER, S. H. **Mulheres vítimas de violência doméstica**: compreendendo subjetividades assujeitadas. Psico, 37, 7-13 Porto Alegre PUCRS 2006.

PINTO, E. B. **Orientação sexual na escola** – a importância da psicopedagogia nessa nova realidade. São Paulo: 1999.

Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência. CFP, CRP e CREPOP. Brasília: 2012.

REY, F.G **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson, 2005.

RIBEIRO, M (Org). **O prazer e o pensar**. São Paulo: Gente, 1999.

SAFFIOTI, H, I, B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C. (orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p.183-215, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Caderno Pagu, Número 16, p.115-136, 2001.

SANTOS, C.M. & IZUMINO, W. P. **Violência contra as mulheres e violência de gênero:** Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. USP, 2005.

SCOTT, J.W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidades. Porto Alegre, RS, 1990.

SILVA, da C. **A desigualdade imposta pelos papéis de homens e mulheres:** uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. 2012.

STRAUSS, A. L.. & CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa:** Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da Teoria Fundamentada. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

APENDICES

APENDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Representações de feminilidade e masculinidade de mulheres em situação de violência.

Artigo I.

Professora orientadora: Dra.Tatiana Lionço/ pesquisadora responsável: Reuza Maria Alves.

Este documento que você está lendo é chamado de termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade), você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Objetivos do estudo:

Artigo II. Objetivo Geral

Identificar as representações de feminilidade e masculinidade de mulheres em situação de violência.

Artigo III. Objetivos Específicos

Artigo IV. Compreender a relação entre a representação sobre feminilidade e masculinidade e sentidos atribuídos pela mulher à violência de gênero.

Conhecer a opinião de mulheres em situação de violência acerca da hierarquia de gênero.

Identificar como as representações de feminilidade e masculinidade se articulam com os desdobramentos do modelo patriarcal no imaginário de mulheres em situação de violência.

Procedimentos do estudo.

- Sua participação consiste em responder cinco questões: – O que você pensa a respeito da igualdade de direitos entre mulheres e homens? Existem atividades específicas para mulheres e homens? Como é para você ser mulher?
- Como você acredita que é ser homem?
- Como foi ou é para você a realização das tarefas domésticas entre você e seu companheiro?
- Você acredita que existem características específicas para a mulher e para o homem?

Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios.

Este estudo possui “baixo risco”, que são inerentes ao procedimento de entrevistas.

Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de desconforto ou constrangimento você não precisa realizá-lo.

Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre as representações de feminilidade e masculinidade de mulheres em situação de violência.

Participação recusa e direito de se retirar do estudo.

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade.

Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras. O material coletado na entrevista ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será arquivado após a pesquisa.

Os resultados deste estudo poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem expor seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Eu, -----RG-----
, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo em fazer parte deste estudo

Brasília, ____ de ____ de ____

Participante

Dra. Tatiana Lionço
- Pesquisadora responsável.

Reuza Maria Alves
Pesquisadora auxiliar, telefone (61) 92368217

APÊNDICE B

- Roteiro de entrevista individual
- O que você pensa a respeito da igualdade de direitos entre mulheres e homens?
- Existem atividades específicas para mulheres e para homens?
- Como é para você ser mulher?
- Como você acredita que é ser homem?
- Como foi ou é para você a realização das tarefas domésticas entre você e seu companheiro?
- Você acredita que existem características específicas para a mulher e para o homem?